



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

AO EXPEDIENTE DO DIA

01 de 12 de 1989

Em 30 de 11 de 1989

1º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 132 /89



"Reconhece de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CÔNEGO MANOEL VIEIRA DA COSTA, e dá outras providências".

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CÔNEGO MANOEL VIEIRA DA COSTA, no Município de UIRAUANA, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1989

JOSE ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA
Deputado Estadual

Aprovado em 12/11/1989
EM, 07/12/1989

1º SECRETÁRIO

Aprovado o Projeto Em 12/11/1989
Discussão Dispensado da 3ª
sessão do Deputado
12/12/1989
1º SECRETÁRIO

ATA DA FUNDACÃO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE Pe. COSTA

Aos dez de Fevereiro de mil nivientes e oitenta e oito às vinte horas no Salão Paroquial foi fundada a "Associação Beneficiente Pe. Costa" nesta cidade de Uiraúna-PB, a reunião para esta fundação teve o seguinte programa, o Dr. João Bosco Nonato Fernandes expôs o objetivo da reunião que era esta fundação, a qual é de grande importância para a nossa comunidade, pois ela vem trazer vários benefícios inclusive os mais carentes de nossa cidade, após a explanação do Dr. João Bosco Nonato Fernandes, foi lido um statuto de uma associação existente em Luiz Gomes por Raimundo Cezário para servir de base para a criação do nosso statuto, alguns ítems foram aprovados e outros foram modificados pelos presentes.

Após a criação do statuto foi formada a diretoria da fundação feita democraticamente, o apontamento dos participantes. Cada um tinha o direito de se pronunciar se queria ou não participar da diretoria, apenas foi votado secretamente para esta diretoria o presidente da Associação o qual foi eleito o Sr. Francisco Xavier Filho para vice presidente ficou o Sr. João Eudes Claudino, primeiro secretário Maria Claudino de Oliveira, segunda secretária Joana Darc Queiroga, primeiro tesoureiro Raimundo Cezário, segundo tesoureiro José Edú de Queiroga, conselho fiscal João Nonato Fernandes, Robervaldo Queiroga e Zulene Andrade e para suplentes, Araújo Lima, Maria das Neves e Dalva Paula. Formada a diretoria foi exposto de acordo o statuto a função de cada um, todos com muita garra prontificou-se em assumir toda a responsabilidade que lhe coube-se. Nada mais havendo a tratar foi lida a presente ata que achada conforme foi aprovada e vai assinada por mim, Joana Darc Queiroga segunda secretaria, pelo Sr. presidente e por todos que fazem parte desta associação.

Presidente: Francisco Xavier Filho

Vice-Presidente: José Eudes Claudino

1º Secretária: Maria Claudino de Almeida Oliveira

2º Secretária: Joana Darc Queiroga

1º Tesoureiro: Raimundo Cezário

2º Tesoureiro: José Edú de Queiroga

CONSELHO FISCAL

Robervaldo Queiroga da Silva

Zulene Andrade

RECONHECO a firma



...REFORMA ESTATUTARIA, ATENDO
a todos de polietileno de alta e
baixa gotejadeira, manutenção e char-
gas indeterminadas, ART. 4º: A Socie-
dade MILHÕES DE CRUZADOS) dividido
por nominal de Cr\$ 1.000,00 (UM CRUZA-
DO, ZERO,00, (CENTO E QUARENTA MILHÕES)
nas ações são indivisíveis peran-
gões preferenciais na composição
segundo do artigo 15 da Lei 6.404/
LA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE,
ações a serem tomadas nas Assem-
bly terão direito a voto, ficando
o 6% (seis por cento) a an, não
ao integral nos resultados da Em-
bulição de ações novas decorrentes
rvas ou fundos disponíveis. PARÁGRAFO
ITAL SOCIAL, no caso de liquidação
e vier a ser subscrito pelo FINOR-
recursos oriundos do mecanismo de
Decreto Lei nº 1.376/74, com as
do 1975, serão representadas
e a elas corresponderem em decor-
vias, lucros ou reavaliação do al-
timposto a) não terão direito, a
ordem com a legislação específica
base única, subscritas pelo FUNDO
previstas no artigo 18 e para-
eto Lei nº 2.304/80, serão obri-
certificado de implantação do
j, conforme determina o artigo 19
semo artigo 19, na forma da reda
prazo de 60 (SIXENTA) dias para
o de Diretoria e a distribuição
tituição da sua respectiva, PARÁ-
pele Conselho de Administração,
dear as ações, PARÁGRAFO 9º: A So-
ci, dentro dos limites do capital
e ações para colocação entre os
o de Administração de emitir
livro de atas do Conselho de Adm-
nentes a serem emitidas; b) no a
o prazo de integralização das
alocadas ou subscritas, tanto em
pagamento, valor este nunca in-
a pública ou particular, PARÁGRAFO
das isoladas ou conjuntamente:
iselho Monetário Nacional, no ato
de depósito bancário, devendo o
prazo máximo de 12 meses; b) em
proveitamento de reservas ou fun-
INOR, mediante o depósito da quan-
to do Nordeste do Brasil S/A -
entação ao referido FUNDO do con-
ata que deliberar a respeito,
icada. PARÁGRAFO 12º: Será de 30
ido da emissão de novas ações.
issão de novas ações para subscri-
cias administrados pela SUDENE.
o de Administração registrará na
de não poderá emitir ações de
valor inferior ao nominal. PARÁ-
ões, que serão obrigatoriamente
ito sempre que houver pedido do
s despesas do desdobramento por
a será efetuada por solicita-
rendo as despesas do desdobra-
NDO DE INVESTIMENTOS DO NORDES
es e a conversão destes naque-
como Reservas de Capital as con-
em o valor nominal das ações;
e ultrapassarem os lucros atu-
l; c) pagamento de dividendos
o Conselho de Administração
igo. CAPÍTULO 20 - ARTIGO 69 -
osto de 03 (TRES) membros, sócio
permida a reeleição e também
Diretor Presidente e Diretor
da a reeleição. PARÁGRAFO 19 -
quer tempo pelo Conselho de Adm-
rientação geral dos negócios da
uer tempo, os livros e papéis
em via de celebração e quaisquer
ou no caso do Art. 132 da Lei
lo exigido por estes Estatutos;
izar, se os Estatutos não dis-
ado da Companhia, a constitui-
; b) escolher e distituir os
ladianamente: a) representar a So-
is para com terceiros, pedindo
FIA ET EXTRA especificando sem
nos da Diretoria; c) praticar
ão da Sociedade; d) emitir, en-
Notas Promissórias, letras de
)prestar e aceitar fianças,
bancos oficiais ou privados
ativo Imobilizado da Sociedade
e encerrar contas bancárias,
qual será constituído com po-
cionalmente.

(CENTO) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (VINTE POR CENTO) do capital social realizado; 25% (Vinte e Cinco por Cento) no mínimo, para pagamento do dividendo ordinário dos acionistas em geral, respeitadas as vantagens legais e estatutárias atribuídas às ações prioritárias o saldo restante terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. ART.199. Observar-se-ão prescrições legais e a critério da Diretoria a Sociedade poderá adquirir as próprias ações. ART.200. Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (TRES) anos prescreverão em benefício da Sociedade. ART. 219: As ações em Tesouraria não terão direito a voto enquanto não forem colocadas no mercado. CAPÍTULO 69 - ARTIGO 22: A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos na Lei ou por decisão da Assembleia Geral. PARÁGRAFO ÚNICO: Caberá à Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que funcionará no período de liquidação. CAPÍTULO 72 - ARTIGO 239: Aplicam-se aos casos omissos as regras da legislação vigente, devendo a Assembleia Geral decidir sobre as outras hipóteses. João Pessoa, 29 de fevereiro de 1988. AA: - ENCENG-CIL-EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL LTDA, CARLOS ALBERTO ALVES DA SILVA, LUIZ CARLOS ALVES DA SILVA, MARIA HELENA VITAL, ERIVAL FERNANDES ARAGÃO ALVES.

~~ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PADRE COSTA~~

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Associação Schafftenco Indre Costa, com sede e foro na cidade de Aracaju (SE), é uma Associação civil nos fins lucrativos e de objetivos filantrópicos que se rege pelo presente Estatuto.

... é a Instrução ten derrido firmita.

Art. 4º - A Instituição não responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais da sociedade.

THE LOST TITLES OF ALEXANDER

Art. 22 - São Críticos da Associação Presidente: a) Conselheiro Vincitor da Assembléia Geral (AG); b) Conselheiro Diretor (CD); c) Conselheiro Fiscal (CF).

Assembleia - Os mandatos dos Conselheiros Diretores da Associação eleitos para a Assembleia Geral, na forma deste Estatuto, com mandatos de 01 (um) ano, podem ser renovados por igual período, quando venha a Assembleia aprovar.

Art. 1º - Os sócios não estão obrigados a pagar mensalidades e contribuições com o trabalho para o engrandecimento da Associação.

Art. 2º - A assembleia geral é constituída pela totalidade dos sócios cadastrarados, convocada e instalada no local deste Instituto, o fim de deliberar sobre matéria de interesse da Associação e da sociedade.

Art. 3º - As reuniões e discussões só poderão ser feitas em princi-

Artigo 26 - As reuniões e debates da AG devem ser precedidos de convocação, com a maioria absoluta dos sócios cadastrados e em segundo convocação, uma hora depois, deliberando com qualquer número de sócios presentes.

Parágrafo 2º - As reuniões da AG devem ser precedidas de convocação firmada pelo Secretário e fixada no quadro de avisos da entidade, com antecedência, de pelo menos oito dias, mencionando a finalidade da convocação da AG. Tratando-se de eleição, a convocação deve ser feita, no mínimo, de trinta dias de antecedência.

Artigo 3º - A AG é soberana em decisões, desde que não contrarie a lei nem o presente estatuto e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes.

Art. 3º São atribuições da Assembleia Geral: a) Cuvir, discutir e aprovar os relatórios e prestações de contas do Conselho Diretor e bem assim, discutir e aprovar projectos orçamentários, para o exercício seguinte, as quais deverão ser apresentadas até trinta de novembro de cada ano; b) Eleger os Órgãos Administrativos da entidade para o período seguinte e dar-lhe posse; c) Tomar quaisquer resoluções que voulam a ser de interesse da associação.

Parágrafo 1º - haverá uma AG, solene, realizada biencialmente, na segunda quinzena de janeiro, em dia designado pelo Conselho Diretor, para dar posse ao Conselho Diretor e Fiscal, eleitos no mês de novembro do ano anterior.

ementos convocadas, entretanto, o Conselho Diretor deverá divulgar com antecedência a convocação, afixando-se o edital no quadro de avisos da entidade.

Art. 9º - As Assembleias Gerais Ordinárias podem ser convocadas pelo Presidente, por deliberações da maioria do Conselho Diretor, ou a requerimento de pelo menos trinta sócios cadastrados, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente e no falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.
Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas

Artigo 3º - Os editais de que trata o presente artigo contendo com as

dias de graxe, com intervalo de um hr^am entre as mesmas, sendo consideradas válidas. Intretanto, as decisões só serão tomadas na primeira convocação com metade mais um dos associados e na segunda, com qualquer número de sócios presentes.

Art. 10º - O Conselho Diretor compõe-se de: a) Um Presidente; b) Um Vice-Presidente; c) Um Primeiro Secretário; d) Um Segundo Secretário; e) Um Terceiro Secretário.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 132/89

EMENTA: Reconhece de Utilidade Pública a Associação Beneficiente Cônego Manoel Vieira da Costa, e dá outras providências.

AUTOR: O DEPUTADO JOSÉ ALDEMIR

RELATOR: O DEPUTADO WALDIR BEZERRA

PARECER

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça recebe o Projeto de Lei nº 132/89, que "Reconhece de Utilidade Pública a Associação Beneficiente Cônego Manoel Vieira da Costa, e dá outras providências."

A proposição ora em estudo se encontra em boa forma legislativa e não contraria o interesse público, e esta Comissão analisando os aspectos constitucional, jurídico e técnico-formal e achando-os de conformidade com os princípios que norteiam os trabalhos deste órgão técnico do Poder Legislativo, opina pela sua aprovação.

Salvo melhor juízo,

É o Parecer.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 1989.

Aprovado o Parecer em discussão única.

Em 07/12/89.

1º SECRETÁRIO

MEMBRO

MEMBRO

PRESIDENTE E RELATOR

MEMBRO

MEMBRO



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



GP/Ofício nº 857/89

Em João Pessoa, 14 dezembro de 1989

irm

Senhor Governador:

Estou encaminhando a V. Exa., nos termos do Regimento Interno, o Autógrafo nº 103/89, do Projeto de Lei nº 132/89, aprovado por esta Assembléia Legislativa em sessão plenária realizada no dia 12 de dezembro em curso, que reconhece de Utilidade Pública, a Associação Beneficente Cônego Manoel Vieira da Costa, e dá outras providências.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exa., os protestos de consideração e apreço.

João Fernandes da Silva
JOÃO FERNANDES DA SILVA
PRESIDENTE

Exmo. Sr.

Dr. TARCISIO DE MIRANDA BURITY

DD. GOVERNADOR DO ESTADO

Palácio da Redenção

Nesta _____ /



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



AUTÓGRAFO N° 103/89

PROJETO DE LEI N° 132/89

Reconhece de Utilidade Pública, a
Associação Beneficente Cônego Ma-
noel Vieira da Costa, e dá outras
providências.

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a
Associação Beneficente Cônego Vieira da Costa, no Município de Uiraúna,
e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado
da
Paraíba, em João Pessoa 14 de dezembro de 1989.

JOÃO FERNANDES DA SILVA
PRESIDENTE

EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS
1º SECRETÁRIO

AÉRCIO PEREIRA DE LIMA
2º SECRETÁRIO